

RELAÇÃO ENTRE AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E DA ESCOLA - DIFÍCIL E CONTRADITÓRIA

Luciane Collares Araújo – ESEF-UFPEL

Eixo 1. Contradições e perspectivas da globalização na educação dos trabalhadores

Resumo: O presente artigo inicialmente analisa as mediações existentes entre educação e trabalho ao longo da história da humanidade, pautada na premissa de que as referidas categorias, não podem ser compreendidas isoladamente, sem a apreensão mediações que estabelecem uma sobre a outra, deste modo através da exposição das interrelações no diferentes modos de produção material da existência humana (comunidade primitiva, sociedade escravagista, modo feudal e capitalismo), possibilitando uma maior compreensão da evolução histórica e social do homem. A segunda parte traz para este estudo a influência do Banco Mundial / Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento em relação a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras como objeto de interesse das políticas traçadas por este órgão, na medida em que atua como agente central na implementação de programas de ajustes, priorizando a implementação de reformas econômicas.

Palavras-chave: Educação – Trabalho – Mediações históricas – Modos de produção-Escola.

Intencionava-se realizar aqui uma abordagem histórica acerca das relações entre educação e trabalho, pautada na premissa de que as referidas categorias, não podem ser compreendidas isoladamente, sem a análise das mediações que estabelecem uma sobre a outra. Tal entendimento permite vislumbrar as influências que educação e trabalho exercem entre si, proporcionando assim, uma maior compreensão acerca das transformações ocorridas na sociedade.

Assim sendo, Denise Ferreira (2011) evidencia a necessidade de desvelar aspectos da realidade histórica a fim de compreender a dinâmica da sociedade, visto que a história não é linear e contínua, mas sim fruto de uma construção dialética, e por vezes, contraditória, que se origina no processo de produção da existência material dos homens.

De acordo com Ferreira (2011) parte-se do pressuposto, defendido por Marx e Engels de que o mundo é “um produto histórico, o resultado da atividade de várias gerações [...], transformando a ordem social conforme as novas necessidades”. Daí a importância de proceder uma análise acerca das mediações existentes entre as categorias educação e trabalho, a fim de melhor compreender a história da humanidade.(p.47)

Convém ressaltar, que ao abordar o papel do trabalho na constituição do homem, é impossível desvinculá-lo de sua relação com a educação, pois de acordo com Saviani (1994), a educação praticamente coincide com as origens do próprio ser humano, uma vez que diferente dos animais, os homens adaptam a natureza para produzir suas condições de subsistência; e ao agir sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades, os mesmos foram

se educando neste processo; pois a educação produz em cada indivíduo singular, a humanidade construída pelos homens. Assim sendo, evidencia-se que desde o aparecimento dos primeiros grupos humanos está presente a relação entre educação e trabalho.

A história da humanidade é marcada desde sua origem pelo trabalho, este por sua vez, permitiu o desenvolvimento humano, enquanto a única espécie capaz de produzir seus próprios meios de sobrevivência, diferentemente dos animais.

Dessa maneira, pode-se dizer que o trabalho conforme Ferreira (2011) foi se aperfeiçoando gradativamente, ao longo dos tempos, assim como o próprio homem que por cerca de trinta mil anos viveu em estágios prévios à chamada civilização, viviam numa comunidade primitiva, sendo que a alimentação provinha da coleta de vegetais e da caça. Não havia propriedade privada de nenhum bem, ademais a diferenciação social era mínima, as atividades laborais eram comum a todos seus membros, havendo apenas uma divisão sexual do trabalho: os homens caçavam e as mulheres cuidavam da coleta e preparação de alimentos. Com o desenvolvimento de seus instrumentos de trabalho, foi possível melhorar lentamente as condições de existência.

As crianças se educavam naturalmente ao participarem das funções da coletividade, ou seja, não havia uma preocupação específica com sua formação, pois “a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da comunidade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral”(PONCE, 2010 apud FERREIRA, 2011, p.48)

O mesmo autor lembra que na comunidade primitiva embora, já houvesse uma divisão rudimentar de trabalho, de acordo com o sexo e a idade, aos poucos, certas formas de trabalho sociais foram se diferenciando do trabalho material, surgindo um novo grupo de indivíduos libertos deste tipo de trabalho, dessa forma, a sociedade passou a se dividir em ‘administradores’ e ‘executadores’, culminando no surgimento de diferentes classes.

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho tornou a produção de bens mais produtiva, surgindo assim, o excedente econômico, sendo possível a acumulação dos produtos do trabalho humano, possibilitando as primeiras formas de troca. E com a acumulação, surge a possibilidade de explorar o trabalho humano, por meio do escravismo. Diante disso, a comunidade passa a dividir-se entre “aqueles que produzem o conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos)”(FERREIRA, 2011, p.49)

De acordo com a mesma autora, com o advento da propriedade privada, emergiu uma situação contrária à existente na comunidade primitiva, Saviani (2007) esclarece que, na antiguidade, tanto grega quanto romana, havia duas classes sociais: a aristocracia, detentora

da propriedade de terra; e os escravos, que realizam o trabalho manual. Diante de classes distintas, com interesses opostos, ocorre a separação entre educação e trabalho, o que não se fazia necessário até então, a partir deste momento, passaram a coexistir duas modalidades de educação: uma destinada às classes proprietárias, centrada na formação intelectual, na arte da palavra e nos exercícios físicos; e outra para os escravos e servis, a qual ocorria no próprio processo produtivo.

Desde sua origem, a escola, atrela-se ao trabalho intelectual, constituindo-se, numa instituição destinada à formação dos futuros dirigentes, os quais exercitavam funções de liderança militar e política, por meio do aprendizado da arte da palavra, do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. Assim, “após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação assume uma dupla identidade” e esta separação reflete “a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual” (SAVIANI, 2007, p. 257).

A Idade Média caracteriza-se pela transição do modo de produção antigo, fundado no trabalho escravo, para o feudalismo. Trata-se de uma época marcada pelo domínio da religião sobre os homens, em oposição à predominância da razão.

Saviani (2007), afirma que neste período, as escolas eram subordinadas à religião, as quais eram destinadas apenas às classes dominantes, pois o povo continuava a educar-se no processo produtivo, e também esclarece que a economia feudal era definida pela produção para a subsistência, e que as trocas só ocorriam se, houvesse algum resíduo dessa produção. Mas, com o aumento das forças produtivas no campo e do artesanato na cidade, a economia feudal foi se intensificando, o que levou ao desenvolvimento do comércio.

a transição do modo de produção feudal para o capitalismo, não se deu de forma linear e harmônica, mas foi resultante de um processo histórico permeado por embates e disputas entre as classes sociais existentes, sobretudo, entre os comerciantes das cidades (burgueses) e os senhores feudais, o que corrobora para a comprovação de que as transformações ocorridas no seio da sociedade decorrem de inúmeras mediações entre os homens.(FERREIRA, 2011, p.52)

Gradativamente o feudalismo foi se decompondo, mostrando-se insuficiente para atender as demandas da sociedade. Surge assim, um novo modo de produção, baseado no acúmulo capitalista e, fez com que o símbolo da riqueza deixasse de ser a terra, para ser o dinheiro.

Frigotto (1984) esclarece que o capitalismo caracteriza-se por ser um modo de produção no qual produz para o lucro e não para satisfazer as necessidades humanas, havendo

uma separação entre o homem e suas condições objetivas de produção da existência, devido à propriedade privada dos meios de produção.

Foi somente na modernidade que a educação passou a assumir maior abrangência social, sendo pela primeira vez, pensada para os filhos das classes trabalhadoras, pois até então, a formação destas, se dava no próprio trabalho.

Ressalta-se, porém, que a relação entre trabalho e educação, se dá por múltiplas mediações, observa-se conforme Ferreira (2011) que a passagem da propriedade comunal para a privada ocorreu gradativamente, de diferentes formas entre os povos, evidenciando, que as mutações ocorridas na relação entre educação e trabalho, não se deram de forma harmoniosa na sociedade. Com esta constatação fica evidente o entendimento de que as diversas relações entre educação e trabalho, não se modificam de maneira abrupta, mas num movimento paulatino e dialético.

Inserção da Lógica Capitalista nas Escolas Brasileiras

Trazer para este estudo a influência do Banco Mundial / Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) através da discussão feita por Elisângela Scaff (2006) em relação a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras como objeto de interesse das políticas traçadas por este órgão, deve-se ao lugar que ele ocupa no contexto das políticas neoliberais, na medida em que atua como agente central na implementação de programas de ajustes, que visam assegurar a adequação dos países em desenvolvimento a essas políticas, que inicialmente tinham uma orientação basicamente economicista, pois priorizavam a implementação das reformas econômicas. O aumento da pobreza e da exclusão social nesses países levaram os organismos internacionais a redefinir suas políticas.

A partir da análise dos documentos do Banco Mundial realizada por Scaff (2006), busca-se discutir a concepção de educação implícita nestes documentos, que por meio das diretrizes estabelecidas por ele para consolidar a inserção da ordem capitalista no interior da escola brasileira.

A priorização da educação básica pelo Banco Mundial no Brasil, segundo Scaff (2006), pode ser identificada através dos projetos financiados desde a época de 1980 até os dias atuais. A respeito da análise dos documentos do Banco Mundial a autora conclui que "os projetos desenvolvidos pelo Banco Mundial para a educação brasileira têm por finalidade a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, buscando inserir a lógica do capital internacional nas escolas (p.34)".

O trabalho humano em geral, entendido como mediação entre o homem e natureza, com vistas a produção de vida humana, caracteriza-se como a materialização da condição humana. O homem diferencia-se dos outros animais na medida em que inventa novos valores, novas necessidades e precisa criar condições para satisfazê-las. Para isso o homem precisa agir sobre a realidade natural, transformando-a com a finalidade de adequá-la à sua necessidade. Essa ação denomina-se "trabalho" (SCAFF, 2006, p.35).

De acordo com Paro (2003) para Marx e Engels, o ser humano é produzido historicamente pelos próprios homens: o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. Ora, o ato de produzir as condições da existência humana é expresso pelo conceito de trabalho. O trabalho é, pois, uma categoria central do marxismo.

Busca-se fundamentação em Paro (2003) para o sentido da palavra "trabalho", o que leva uma reflexão acerca da diferença entre "trabalho abstrato", o qual veremos o conceito mais adiante, e "trabalho concreto", concebido como mediação entre homem e natureza como um meio para se chegar a um fim, que são os objetivos estabelecidos pelo homem para atender às suas necessidades, tornando-se um ser social, que produz sua própria existência.

Portanto, quando o trabalho considerado como princípio educativo estamos querendo dizer que o trabalho, enquanto elemento fundante e determinante da vida humana em seu conjunto é, por consequência, fundante e determinante da educação. Ou seja: uma vez que o trabalho é “condição natural eterna da vida humana”, em qualquer sociedade o trabalho se comporta como princípio educativo, isto é, determina a forma como é constituída e organizada a educação. (SAVIANI, 2011, p 9)

Na medida que o homem produz valores de uso², para satisfação de suas necessidades, o homem produz assim sua existência, construindo sua própria história, mas essa produção não se dá de forma individual, e sim em colaboração como outros homens, como seres sociais, e no contexto da sociedade, usufrui tudo o que produzido por ela através da divisão social do trabalho.

Segundo Scaff (2006) essa divisão do trabalho é inerente a todos os períodos sociais vividos pelo homem, sofrendo crescente exacerbação no modo de produção capitalista até a criação da divisão técnica do trabalho, a qual se caracteriza pelo parcelamento das atividades produtivas entre as pessoas e gera a fragmentação do processo de trabalho, que passa a constituir-se não mais em mediação, mas em fim último da existência humana. Concebido desta forma, o trabalho deixa de produzir valores de uso, passando a produzir valores de troca, como argumenta Paro:

Diferentemente do valor de uso, que é a manifestação de uma relação entre homem e coisa, entre consumidor e objeto de consumo, o valor de troca advém da relação entre pessoas, revelando-se na troca entre bens de diferentes utilidades. O valor de troca só se revela, portanto, quando na relação de troca, contrapõem-se mercadorias de valores de uso diversos.(PARO,2003, p.37)

É necessário compreender o conceito de "trabalho abstrato", que é aquele que produz mercadorias, as quais representam valor para outro e não para o trabalhador que as produz, difere-se assim do trabalho concreto, pois não são os objetivos dos trabalhadores que são almejados e sim do objetivos de outrem, do capitalismo (SCAFF, 2006).

Como o objetivo do capitalismo é a produção da mais-valia, e essa só é possível com a exploração da força de trabalho, e produzida a partir da apropriação, pelo capital, do trabalho excedente, executado pelo trabalhador, isto é, o tempo de trabalho além daquele necessário para produzir sua própria existência, (PARO, 2003)

Entretanto, não é inerente à condição humana vender sua força de trabalho a outrem, mas sim produzir, através de seu trabalho, valores de uso necessários para a sua sobrevivência e de sua família. O capitalista para transformar a força de trabalho em mercadoria, foi necessário utilizando dinheiro, poder e força bruta, para expropriar o trabalhador de todas as condições de sobrevivência fora do processo de produção capitalista, (PARO, 2003).

A partir desse momento mudaram as relações de trabalho, porém, cada trabalhador continuou executando sua tarefa particular, com a diferença que o produto confeccionado não mais atenderia uma necessidade sua, mas aos interesses do capitalista, neste contexto, o processo de trabalho é modificado, o trabalhador não é mais o sujeito que executa um trabalho, mas sim um mediador entre o instrumento e o objeto de trabalho, e a mercadoria passa a ser produzida a partir do trabalho de vários trabalhadores parciais, submetidos à autoridade incondicional do capitalista, (SCAFF, 2006).

Essa subordinação do trabalho ao capital tem início na manufatura e se completa na grande indústria, introduzindo na produção a máquina-ferramenta, e como consequência o barateamento do valor da força de trabalho. O trabalhador passa a vender sua força de trabalho ao capitalista, por um valor correspondente ao necessário para sua sobrevivência.

Apesar de anteceder a sociedade capitalista, a escola tem sua generalização a partir desse momento, como uma necessidade produzida socialmente pelo homem diante da complexidade e do montante de saber acumulado historicamente, cabe assim a escola organizar e sistematizar esse saber, e dessa forma serve aos interesses capitalistas, tendo como

um dos seu papéis segundo Paro, "dotar as pessoas de determinados requisitos intelectuais indispensáveis ao exercício de uma função no campo da produção"(2003, p.106).

Porém Paro (2003) alerta que o papel da escola não deve ser superestimado, pelo caráter simplificado do trabalho exigido em âmbito produtivo, tem outros interesses, sua criação e generalização, como a disseminação da ideologia da classe dominante.

A educação escolar, neste contexto, na medida em que procurava disseminar a ideologia da classe burguesa, precisava fornecer, ao mesmo tempo, certos elementos intelectuais - leitura, escrita, informações mais ou menos objetivas sobre a realidade etc. -, que acabava de possibilitar as pessoas subalternas captarem de maneira mais objetiva a própria realidade social contraditória da qual faziam parte (PARO, 2003, p.108).

Com este caráter contraditório da educação escolar ameaça a hegemonia burguesa, deste modo, diminuiu o interesse da classe dominante em relação a esse papel da escola, pois assim a obtenção de apoio às propostas da classe burguesa não se dava de maneira tão segura e definitiva como se imaginava, tornando-se necessária uma revisão da maneira, da natureza e da quantidade de saber distribuído às massas da população.

O desinteresse crescente da classe dominante pela generalização de uma educação de qualidade pode ser ilustrado pelas diversas formas pelas quais, com a contribuição da própria ação estatal, a escola vem sendo negada em sua função específica de distribuição do saber. Entre essas formas, a mais eficiente, sem dúvida nenhuma, é a quantidade limitada dos recursos que são destinados ao setor educacional. No Brasil, essa questão se revela no descaso com que é tratada a escola pública (PARO, 2003, p.108).

De acordo com o mesmo autor, a escola é necessária a classe dominante devido ao papel de servir como álibi no processo de justificação ideológica das desigualdades sociais geradas no nível da estrutura econômica não solucionadas pelo capitalismo, assim é apresentada como instrumento de equalização social diante das desigualdades sociais, na medida em que proporciona aos indivíduos o acesso aos conhecimentos, habilidades, ou o domínio de uma profissão, possibilitando-o uma ascensão social.

E a medida em que esta crença é disseminada, os indivíduos passam a acreditar que, se não possuem melhores condições de vida, é por que não aproveitaram as oportunidades que lhes foi oferecida através da escola, ou que esta não está cumprindo com suas funções satisfatoriamente, (PARO, 2003).

Ao evidenciar as especificidades dos objetivos e do trabalho desenvolvido na escola, Paro (2003) alerta para o fato de que, no âmbito da administração escolar, esses aspectos, ou

não são considerados, levando a uma transposição dos métodos de administração de empresa capitalista para o interior da escola, ou não são considerados como aspectos que devem ser observados para que a aplicação desse método administrativo seja realizada com o maior êxito

Assim irradia-se para a escola à predominância gerencial na administração escolar, através de normas e regulamentos e à desqualificação profissional do professor, por intermédio da divisão do trabalho e também pela desatenção para com a degradação de seu produto.

De acordo com Scaff (2006) esses aspectos apontados por Paro como forma de irradiação das normas capitalistas para as instituições escolares, podem ser observados nas tendências do Banco Mundial para a educação brasileira, pois este entende a educação como incremento à produtividade individual, e a considera como capital humano e como um dos benefícios, que ela acrescenta à economia do país, evidencia-se assim como o Banco concebe a educação, como um instrumento para formar o indivíduo para o mercado de trabalho.

Tais reflexões levam a constatar que a escola na sociedade capitalista, serve aos interesses do capital, pois permite a aquisição de hábitos e comportamentos para que o trabalhador adapte-se às mudanças no mundo do trabalho como mínimo de conflito possível.

Pode-se identificar algumas outras funções da escola, como a substituição de responsabilidades que antes eram peculiares à família De acordo com Scaff (2006), o fato de o Estado assumir algumas funções (repassando para a escola) origina-se assim a escola de tempo-integral, que ao mesmo tempo contribui para a manutenção do modo de produção capitalista, criando condições para manter um grande número de força de trabalho feminina no mercado. A análise desenvolvida aqui pela autora possibilita:

verificar que as recente mudanças instituídas no mundo do trabalho implica a atribuição de novas funções à escola. Contudo, ela não perde uma de suas principais características: a contribuição para a redução dos conflitos na sociedade. Se por um lado isso evidencia o interesse de determinada classe em controlar as demais, por outro lado revela os embates de uma sociedade segmentada e a latência das tensões entre elas.(SCAFF, 2006 ,p.52)

No entanto pretender que a escola se constitua na grande equalizadora social, ou em um lugar que por excelência de onde surgirá a revolução social, é um equívoco de imputar, a uma instituição apenas, o que é a função da sociedade como um todo, e "igualmente equivocada é a atitude de negar à escola *qualquer* papel na transformação social, esperando que a sociedade mude para mudar a escola" (PARO,2003, p. 113 grifo do autor).

A escola pode ter sua parcela para a transformação social, enquanto agência especificamente educacional, conseguir promover, junto às classes trabalhadoras, a apropriação do saber historicamente acumulado e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade em que se encontram, a classe trabalhadora precisa dominar os instrumentos culturais que se encontram em poder da classe dominante, para antepor-se a esta enquanto classe revolucionária. Isto por que

o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (SAVIANI, 1983, p.59)

Partindo do conceito de trabalho como mediação entre o homem e a natureza, com vistas à produção de vida humana, é que se pode propor a superação da visão da escola como local de preparação do indivíduo para o trabalho na sua concepção genérica, isto é, de preparação para a vida, para além de viver para e pelo trabalho, como defende Paro (2003), a escola deve propiciar a formação de cidadãos atualizados, com participação política, usufruir daquilo que o homem histórico produziu, mas também dando sua contribuição criadora e transformadora para a sociedade.

Ainda em relação a análise feita por Scuff (2006) aos documentos do Banco Mundial, a autora retrata que na medida que este propõe a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, do mesmo modo explicita sua concepção de homem e educação, o primeiro é entendido como produtor de mercadorias voltado a atender as exigências do modo de produção capitalista, tendo seu trabalho simplificado e barateado a fim de possibilitar a geração de mais-valia para o capital. A segunda vista como instrumento formador do indivíduo para o trabalho abstrato, geral, com algumas noções básicas de socialização, para que o indivíduo adapte-se com maior facilidade as novas exigências do mundo do trabalho.

A educação, enquanto mecanismo central da construção da ordem social capitalista, torna-se ainda mais um eficiente mecanismo de controle dessa nova ordem. Pode-se recorrer ainda a Arroyo (1999, p. 36) sobre este assunto:

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos pra controlar e dosar os graus de

liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como o santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. Nos últimos séculos, a distribuição da dose de educação passa a estar condicionada ao destino de cada indivíduo na nova ordem social e à dose de poder que os diversos grupos sociais vão conquistando.

Sobre este aspecto, é interessante recorrer também que, ao discutir as propostas do Banco Mundial para a educação, demonstra que o campo das políticas sociais foi deixado de lado nos roteiros de desenvolvimento preconizados pela ordem neoliberal, reduzindo a lógica dos direitos sociais à racionalidade e à cultura do universo econômico. Assim, os direitos de cidadania são reduzidos aos “direitos possíveis”, sendo substituídos por políticas assistenciais e compensatórias, com o objetivo de reduzir as consequências desagradáveis de processos de ajuste econômico da nova ordem capitalista.

Dessa forma, no campo educacional, são produzidas políticas que devem se adequar ao esvaziamento das políticas de bem-estar social, se é que algum dia estas se fizeram presentes no país.

Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se que com a divisão social do trabalho, foi possível, gradativamente, que a sociedade se dividisse em diferentes classes sociais, e consequentemente, que surgissem educação diferenciadas, que por sua vez, reproduziam e mantinham esta estrutura desigual.

Procurou-se evidenciar que as propostas presentes pelo Banco Mundial para a educação brasileira, são perfeitamente coerentes com os objetivos do capital, porém propõe-se a superação dessa lógica por parte da escola, a qual deve redirecionar seu papel na sociedade a partir do princípio de trabalho humano em geral, o que implica a formação do indivíduo para a vida, contribuindo para a transformação social não apenas quando promover a transmissão do saber, mas também para o desenvolvimento da consciência crítica, tendo na escola um dos instrumentos da classe trabalhadora para a superação da sociedade dividida em classes, a medida que esta pode proporcionar aos grupos dominados o desenvolvimento de atitudes e valores de justiça social e de igualdade.

Referências

ARROYO, Miguel G.;BUFFA, Ester;NISELLA, Paolo. **Educação e Cidadania** : quem educa o cidadão? São Paulo, Ed. Cortez, 1999.

FERREIRA Denize Cristina Kaminski. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate** Educação, trabalho e suas mediações ao longo da história da humanidade nos diferentes modos de produção da existência, Londrina, v. 3, n. 2, p. 46-57, dez. 2011 . Disponível em : <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/view/9711> . Acesso em : 28 de Agost. de 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez – Editores Associados, 1984.

PARO,Vitor H..**Administração escolar: introdução crítica**.12º ed.- São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETI, C. J. et all (org.). *Tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Demerval. *Trabalho e educação*: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12, n. 34, p. 252-265. Rio de Janeiro: jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate História, Trabalho e Educação**: Comentário Sobre as Controvérsias Internas ao Campo Marxista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 4-14, dez. 2011. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/view/12343> Acesso em : 29 de Agost.de 2012.

SCAFF, Elisângela A. da S. **A Teoria do Valor em Marx e a Educação**, Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras.In: Paro, Vitor (org),. São Paulo: Cortez, 2006.